

anos  
tombamento  
do acervo

DOSSIÊ  
**GOIÂNIA**



anos  
fundação  
da cidade

**REVISTA NÓS**

CULTURA, ESTÉTICA E LINGUAGENS  
VOL. 08, Nº 1, 1º SEMESTRE DE 2023

ISSN 2448-1793



## GOIÂNIA: PATRIMÔNIO E IMAGEM URBANA<sup>i</sup>

*GOIÂNIA: HERITAGE AND URBAN IMAGE*

<https://doi.org/10.5281/zenodo.10732968>

Envio: 06/11/2023 ♦ Aceite: 27/12/2023



**Adriana Mara Vaz de Oliveira**

Arquiteta, Mestre em História (UFG), Doutora em História (UNICAMP), Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás

## PATRIMÔNIO: A ARGUMENTAÇÃO

No dia 18 de novembro de 2003, por meio da portaria de número 507 publicada no Diário Oficial da União, o nomeado acervo arquitetônico e urbanístico *art déco* de Goiânia foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nesse tombamento incluem-se 22 edifícios e monumentos públicos e os traçados urbanos originais do centro de Goiânia e do núcleo pioneiro de Campinas. A partir de então, artefatos e relíquias que só diziam respeito aos goianienses, e aos goianos de modo geral, passam a integrar o campo de representação da nação brasileira. Desse modo, Goiânia e seu acervo integram-se a um discurso nacional em relação ao patrimônio que os submetem às normatizações e ações estabelecidas, assim como ao rol de cidades distintas por sua eleição, carreando-lhes uma valoração que ultrapassa aquelas já instituídas nos âmbitos estadual e municipal. Esta valoração direciona a cidade para o fortalecimento de uma imagem urbana apoiada na sua história.

Para a avaliação dessa eleição, avaliam-se as argumentações contidas no dossiê de tombamento. A primeira justificativa de integração do acervo goianiense ao reconhecimento e proteção do governo federal diz respeito à ampliação do conceito de patrimônio. Como conceito nômade (CHOAY, 2001), o patrimônio requalificou-se ao longo do tempo, agregando vários adjetivos como histórico, artístico, natural, genético e outros. Nesse caso, é o patrimônio cultural, estabelecido a partir da constituição de 1988, que possibilita a inserção de Goiânia como objeto de interesse ao IPHAN. O dossiê afirma:

Em decorrência da ampliação do conceito de patrimônio e das suas áreas de interesse, torna-se impossível, no caso do patrimônio cultural, excluir questões mais contemporâneas, como a arquitetura moderna e mesmo cidades implantadas já em pleno decorrer do século XX, como Goiânia e Brasília, haja vista o fato de esta última haver sido, em 1987, reconhecida pela Unesco como patrimônio da humanidade. O reconhecimento da ampliação deste conceito leva a refletir e avaliar as ações adotadas até hoje e as necessidades de intervir no espaço urbano (MANSO, 2004, p.17).

Nota-se, na argumentação para fins de tombamento, a necessidade de afastar a possível preferência do corpo técnico do IPHAN por bens oriundos do período colonial brasileiro, característicos no período que se convencionou chamar a fase heróica do instituto, que ainda influenciava nas suas eleições, apesar de já distar quase meio século do seu fim. O acervo arquitetônico e urbanístico *art déco* de Goiânia, como bem cultural, exemplificaria a ampliação cronológica (século XX) e do domínio patrimonial (edificações e malha urbana). Percebe-se ainda que tal explicação não se aplicava ao traçado de Campinas, deixando a sua inserção sem fundamentação, a não ser pela sua certificada pré-existência.

A representatividade de tal acervo para institucionalização nacional baseia-se na defesa do seu “excepcional valor histórico e cultural no campo da arquitetura e do urbanismo” (MANSO, 2004, p.17), além de, para o âmbito local, vincular-se “às referências cultural e simbólica da história da cidade” (MANSO, 2004, p.18).

**Resumo:** Em novembro de 2003, o acervo arquitetônico e urbanístico *art déco* de Goiânia foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esta ação coaduna-se à intenção global de integração a um rol de cidades que elegem seu patrimônio histórico e cultural como mote de mercantilização de sua imagem urbana. O dossiê do tombamento apostava no porvir e não na constatação verdadeira da ligação afetiva e identitária da população goianiense com este acervo. Ao longo do tempo, ações da gestão municipal tendem a reafirmar esta imagem, com pouca ênfase e sem resultados expressivos. A atitude consensual de determinar patrimônio arquitetônico-urbanístico do centro histórico da cidade como sua imagem esbarra na composição de múltiplos imaginários que não o reconhecem e ainda perseguem outros signos identitários.

**Palavras-chave:** Goiânia; Patrimônio; Acervo arquitetônico e urbanístico *art déco*; Imagem urbana.

**Abstract:** In November 2003, Goiânia's art deco architectural and urban collection was listed by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN). This action is in line with the global intention of integrating a list of cities that choose their historical and cultural heritage as a basis for commodifying their urban image. The listing dossier focused on the future and not on the true observation of the affective and identity connection of the population of Goiânia with this collection. Over time, municipal management actions tend to reaffirm this image, with little emphasis and without significant results. The consensual attitude of determining the architectural-urban heritage of the city's historic center as its image comes up against the composition of multiple imaginaries that do not recognize it and still pursue other identity signs.

**Keywords:** Goiânia; Heritage; Art Deco architectural and urban planning collection; Urban image.

O registro na história da nação assegura-se pelo fato de que o plano urbanístico de Goiânia ocupa um lugar insubstituível na história do urbanismo brasileiro e o conjunto de edificações *art déco* tem o seu relevo na arquitetura do Brasil, afirma o dossiê. No campo do patrimônio cultural todas as ações e produtos humanos são importantes, o que torna os argumentos plausíveis, reafirmando-os, ainda que circunscritos à valoração histórica. Assinala-se que tal valoração histórica sobrepõe-se àquela cultural, por desmerecer as significações simbólicas do acervo e ao confirmar a história oficial.

Por outro lado, para aferir mais densidade a essa justificativa, asseverando-a ao âmbito do patrimônio cultural, o dossiê faz alusão aos vínculos culturais e simbólicos do acervo. Para tal, aponta a importância da “memória arquitetônica”, como articuladora da identidade e da imagem da cidade. O documento argumenta que “uma cidade preservada, com testemunhos de diversos momentos históricos importantes para a cidade, tende a se afirmar como espaço urbano, aumentando a sua visibilidade, numa espécie de marca registrada.” E continua: “a identidade de uma cidade e a visibilidade de suas características são justamente o que torna uma cidade [...] mais atrativa, mais presente no imaginário das pessoas.” E conclui que “configurar a imagem de uma cidade é tarefa que não se realiza de forma rápida. [...]. Assim, uma preocupação primordial na definição da identidade de uma cidade deve ser a manutenção, em certa medida, de seu passado arquitetônico e urbanístico” (MANSO, 2004, p.23).

Nota-se que nas afirmações feitas há uma aposta no porvir e não na constatação verdadeira da ligação afetiva e identitária da população goianiense com seu lugar. Não há apresentação, nem averiguação desses vínculos. A identidade submete-se à materialidade, que constrói a imagem da cidade, diz o dossiê. Na verdade, memória e identidade, por um lado, e imagem, por outro, se tangenciam, e podem até se fundamentar mutuamente, mas não são indivisíveis, ao ponto que um só seja pensado frente ao outro.

Quando se fala em memória, pensa-se nos seus critérios constituintes – acontecimentos (pessoais e coletivos), personagens e lugares – como ensinou Pollak (1992). A citada memória arquitetônica seriam os lugares ou as pedras da cidade, como disse Halbwachs (1990). Esse quadro espacial interage com acontecimentos e pessoas resultando na memória, que é sempre seletiva e construída, social e individualmente. Por sua vez, a identidade para Pollak (1992) é constituída por três elementos essenciais – a unidade física (pertencimento), a continuidade dentro do tempo (no sentido físico, moral e psicológico) e o sentimento de coerência (a percepção e a unificação do todo). A memória proporciona o sentimento de coerência e de continuidade de um grupo ou de uma pessoa em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p.204). A memória assegura a identidade, pois é um dos seus elementos constituintes. Logo, a memória goianiense deveria ter como referência espacial o acervo tombado, que, por sua vez, certificaria a sua identidade. Como marco referencial identitário, se tornaria parte da imagem urbana de Goiânia.

Ante a argumentação do dossiê, torna-se visível o fato de que o centro histórico da cidade, aqui representado por seu acervo urbanístico e arquitetônico, não se configura até então como um lugar de memória, pois não é dotado de carga simbólica que o distingue e o diferencia. De fato, entende-se o seu potencial e busca-se, por meio do tombamento, apreendê-lo enquanto tal. A partir da patrimonialização, esse acervo ocuparia tal papel, ainda que na versão institucionalizada. O documento expõe:

Goiânia, embora uma das mais jovens capitais do país e cidade planejada ressentia-se da falta de uma memória própria, de uma herança histórica – enfim, do sentimento de continuidade na construção do habitat e das instituições urbanas. Ao propor a necessidade de sensibilização e de conhecimento da arquitetura de uma cidade e de sua história, estamos, por meio da valorização da memória histórica arquitetônica, justamente buscando maior integração do espaço urbano e seu habitante (MANSO, 2004, p. 25).

Mais uma vez a avaliação desconsidera a história e a memória produzidas nos setenta anos da cidade, apesar de reconhecer a relevância da materialidade na sua constituição. O fato de Goiânia ter sido inventada não minimiza o fato de ter sido, ao mesmo tempo, cultuada como sonho e evocada como marco de outro tempo para Goiás. Goiânia existiu bem antes de ser concretizada em avenidas, ruas e edifícios, produzindo um imaginário que carregava sentido ao espaço urbano. Pelo visto, é exatamente esse imaginário, que se apoiava nesse acervo, que o tombamento quer recuperar, pois o reconhece perdido. Mas por que foi perdido? Provavelmente, porque os goianienses não foram instruídos a compartilhar das mesmas referências de sentido, no processo de vivência do imaginário urbano coletivo (PESAVENTO, 2008, p.4). Diante disso, o dossiê propõe um projeto de educação patrimonial como forma de sensibilizar a população para esse acervo e sua história, corroborando a necessidade de criação dos vínculos da sociedade com essa concretude, devido à inexistência de memória que nela se apóia.

## MONUMENTO, CIDADE MODERNA: O INÍCIO

O plano urbanístico inicial de Goiânia era uma imagem, não só por representar no papel a projeção de uma cidade, mas porque correspondia a assinatura do poder público, que também era personificado em um homem. Ao mesmo tempo, Goiânia nasceu para ser monumento, porque trazia em si a intenção de atuar sobre a memória dos goianos. Pedro Ludovico almejava deixar inscrita a sua ação no espaço e mandou construir a nova cidade. Talvez a sua intenção não fosse devidamente explícita, no sentido de provocar nas gerações futuras a memória afetiva daquele sonho consolidado, mas sempre intencionou ser lembrado. A partir dali o plano da cidade, partícipe da memória, invocaria a identidade de sua população, lembrando-a moderna, filha de um novo tempo. Para tal, erigiu-se a imagem da cidade moderna traduzida na sua matéria, ou seja, no plano urbanístico de Attílio Correa Lima e nos seus edifícios.

Naqueles primeiros tempos, a identidade da cidade compunha com a imagem propagandeada. Pelo menos para aqueles que se circunscreviam num mesmo tempo e espaço, além de administrar a mesma percepção do todo, tornando-o coerente. Deles emanava a imagem de cidade moderna, em que o imaginário produzido se apoiava explicitamente no espaço construído. A força política de Ludovico irmanava-se com a pista de aviões, as largas avenidas e os edifícios de concreto e tijolo, produzindo um imaginário que sustentava aquela imagem. Não foram poucas as referências sobre Goiânia encontradas na Revista Oeste, periódico notadamente ludoviquista, publicado de 1942 a 1944, como “cidade-pujança” ou “cidade-iniciativa” (REVISTA OESTE, 1983: 62). Afora aqueles engajados com o discurso da imagem consagrada, estavam os que edificavam outras imagens da cidade, pois produziam significados a partir da sua exclusão, como, por exemplo, os operários da construção da capital.

Se a imagem de cidade moderna perpassou as décadas e fixou-se nos discursos ideológico e acadêmico (OLIVEIRA, 2004), consolidando a efervescência da modernidade, o discurso literário se descolou dessa imagem e trouxe os registros ambíguos do cotidiano. Essa voz destoante apontava a força da tradição e as dificuldades geradas pela modernização. Nesse momento, registram-se outros imaginários da vida urbana, que conformaram outras imagens para a cidade. Desse modo, uma imagem não é capaz de expressar o âmbito da memória e, por conseguinte, da identidade.

A imagem é uma representação da cidade. Ao contrário do que aponta o dossiê, a imagem não é produto do imaginário, mas, mediados pelo pensamento cognitivo, um é a própria existência do outro (FERRARA, 2000). Segundo a mesma autora (2000, p.118), “a imagem tem apenas um e apenas um significado [...]. É um código urbano e impõe uma leitura e fruição que estão claramente inscritos na cidade enquanto espaço construído”. Já o imaginário “corresponde à necessidade do homem de produzir conhecimento pela multiplicação dos significados, atribuir significados a significados. [...] o imaginário é um processo que acumula imagens e é estimulado ou desencadeado por um elemento construído ou não [...]”. Assim, a imagem e o imaginário urbanos dão sentido e inteligibilidade ao espaço urbano, porque este é conformado por práticas e representações. Práticas que, por vezes, se desconectam das representações almejadas, gerando outras diversas.

## CIDADE E PATRIMÔNIO: OS PERCURSOS

A imagem de cidade moderna sacralizou-se, confundiu-se com o desapego à matéria, e a memória ficou comprometida nas suas referências espaciais. Pouco restou da gênese da cidade: desapareceram casas, locais de encontro, e muito mais. Entretanto, em tempos de emergência da memória, impulsionada pela compressão espaço-tempo, em que há a necessidade de garantir a continuidade no tempo para proporcionar a extensão do espaço vivido (HUYSSSEN, 2000), Goiânia volta-se para o seu passado e busca apreendê-lo como registro de sua história. Nascida como monumento, ou para ser lembrada, Goiânia não é mais o plano de Pedro e sim uma metrópole, mas o centro da cidade, local de sua

gênese, condensa os elementos referenciais para a sua construção como monumento histórico, agregando outros sentidos que não só o de pertencimento.

No bojo desses sentidos, encontra-se a mercantilização ou espetacularização da cidade, que percorre caminhos que somam iniciativas públicas e privadas. A partir da década de 1990, o poder público municipal desencadeou uma série de ações voltadas para o centro histórico com o intuito de recuperar a sua potencialidade diante da cidade, mas nada de consistente aconteceu. Entre intervenções pontuais e desarticuladas e projetos engavetados, o centro histórico chega ao século XXI com a indelével marca do espírito moderno da primeira metade do século anterior: o seu traçado urbanístico e poucos edifícios *art déco*.

Perante essa constatação, as administrações municipais mais recentes decidiram utilizar a cultura como veículo de requalificação urbana conduzindo um processo de patrimonialização desse conjunto arquitetônico-urbanístico e, simultaneamente, desencadear a construção da imagem da cidade pautada nesse patrimônio e, inevitavelmente, na história.

O plano diretor do município de 1992 já se preocupava com o centro histórico e, nas diretrizes para a sua implantação, propunha, entre outros, o Programa de Resgate e Preservação da Memória Histórico-cultural do Município, que

[...] objetiva recuperar as marcas representativas da memória da cidade e dos aspectos culturais de sua população, visando a preservação dos simbolismos históricos, bem como o despertar de uma relação de identidade da sociedade goianiense com seus espaços urbanos (PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 1992, p.181).

Esse programa englobaria subprogramas tais como a reconstituição e preservação do traçado urbanístico original – referindo-se especificamente ao desenho urbano do setor Sul que, nesse caso está fora da área tombada –; a constituição de acervo histórico; a criação do sistema administrativo do patrimônio cultural; a revitalização das manifestações festivas; a constituição do museu histórico; a constituição do cadastro dos pioneiros; a constituição do cadastro de elementos históricos; o resgate de bens patrimoniais; o resgate da nomenclatura viária; a preservação do patrimônio histórico municipal de natureza material.

Pautadas nesse plano, várias ações pontuais, ou não, tiveram como objeto o centro de Goiânia como, por exemplo, o *Projeto Goiânia XXI – Operação Centro*, elaborado pela equipe técnica do Grupo Quatro S/C Ltda, coordenado pelo Instituto de Planejamento Municipal (IPLAN), entre 1997 e 1999. Esse plano propunha diversificadas ações de requalificação material e de incentivo à ocupação da região, impulsionados por um discurso de democratização daquele espaço.

Notadamente influenciados pelas intervenções na cidade espanhola de Barcelona e pelo projeto Rio Cidade, o plano elaborou um detalhado diagnóstico da região central e, posteriormente, elaborou propostas de intervenção. O projeto Goiânia XXI<sup>1</sup> propôs programas específicos para vinte e uma áreas do centro, lembrando que eram caracterizados por uma vontade de intenção urbanística merecedora de uma ampla discussão com a sociedade. Esse projeto limitou-se às discussões políticas e acadêmicas, não se transformando em feitos tangíveis, com exceção de ações pontuais ao longo do tempo, e um tanto descaracterizadas e não conformadas dentro do projeto maior, como a reforma da Praça Cívica ou Pedro Ludovico, a Vila Cultural (Cine Teatro Goiânia) e o Centro Olímpico (Estádio Olímpico e Centro de Excelência do Esporte).

No ano 2000, destaca-se o concurso público nacional de requalificação do centro de Goiânia e o início da organização do que seria posteriormente chamado de Grupo Executivo para Revitalização do Centro (GECENTRO), criado em 2002, ligado ao gabinete do prefeito municipal. Por meio desse grupo, viabilizam-se alguns projetos, como o Mercado Aberto, a revitalização da Avenida Goiás, o Projeto Cara Limpa, a Estação Cultura e o Centro de Referência e Memória no Grande Hotel. Todas essas ações atuaram em consonância com o processo de tombamento encabeçado pelo IPHAN, consagrando-o em 2003, como dito. Nota-se que algumas ações foram influenciadas pelo Projeto Goiânia XXI, ainda que o enfoque e a abordagem fossem diferentes.

O Plano Diretor de Goiânia 2008 mantém a intenção de investir no centro, já assumido como histórico, diferenciando-se daquele de 1992, por sua adequação aos discursos contemporâneos no âmbito do patrimônio. Nesse caso, é nítida a compreensão da interface entre gestão urbana e as ações acerca do patrimônio, seja ele cultural ou natural. As ações estão colocadas no título sobre estratégias de desenvolvimento urbano e, particularmente, o centro aparece na estratégia de ordenamento territorial, em que se prevê:

[...] III – *Programa de Reabilitação e Requalificação do Centro*, que objetiva revigorar sua função de pólo regional de serviços administrativos, de serviços, de apoio à economia local e regional e de serviços sócio-culturais a toda comunidade, realçando seus valores simbólicos tradicionais, sociais e culturais, complementado pelas habitações e pela vigilância pública efetiva, que promovam a sustentação permanente da animação no centro; [...]  
V – *Programa de Resgate e Preservação da Memória Histórico-Cultural do Município*, que objetiva recuperar os marcos representativos da memória da cidade e dos aspectos culturais de sua população, visando a preservação dos simbolismos históricos, respeitando a evolução histórica dos direitos humanos e a pluralidade sócio cultural, bem como o despertar de uma relação de identidade da

sociedade goianiense com seus espaços urbanos; [...]. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 2008, p.7).

Nas estratégias de sustentabilidade sócio-ambiental o plano prioriza as ações em torno do patrimônio cultural que considera “o conjunto de bens imóveis de valor significativo, edificações isoladas ou não, enquadradas como ‘art déco’, os parques urbanos e naturais, as praças, os sítios e paisagens, com simbolismo cultural, assim como manifestações e práticas culturais e tradições que conferem identidade a estes espaços” (PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 2008, p.8). Nota-se a compatibilização com as questões contemporâneas, na observância da abrangência do conceito de patrimônio cultural. Percebe-se a compreensão da impossibilidade de tratamento de uma única vertente do patrimônio e aposta na reflexão compartilhada.

O conjunto de estratégias relacionadas ao acervo arquitetônico é completado pelas estratégias de desenvolvimento sócio-cultural, em que se apontam ações no âmbito da cultura como:

I – preservar e divulgar as substâncias e ambiências culturais e de promoção histórica, com vistas a recuperar os marcos representativos da memória da cidade e dos aspectos culturais de sua população, na perspectiva da preservação dos simbolismos históricos, bem como do despertar de uma relação de identidade da sociedade com seus espaços urbanos. [...]  
IV – preservar, apoiar, incentivar, valorizar e difundir as manifestações culturais no território do Município, representando as diversidades e assegurando o processo criativo constituído;  
V – estimular a preservação dos bens patrimoniais, materiais e imateriais, e articular com a sociedade, Estado e Município ações que contemplem a salvaguarda de sua diversidade; [...] (PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 2008, p.8).

Essas ações serão possíveis a partir de diretrizes que apostam na integração das políticas sociais com parcerias entre poder público e privado, na diversificação das atuações dos intercâmbios culturais com cursos de capacitação, qualificação e habilitação, no aumento do orçamento da pasta da cultura e “valorização, defesa e preservação dos bens patrimoniais do Município, articulando com estatais, setores privados e sociedade, ações que contemplem a salvaguarda do patrimônio material e imaterial” (PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 2008, p.8).

Estas intenções são mantidas na lei complementar de 04/03/2022 que formata o novo Plano Diretor de Goiânia, revisado e ainda não completamente sacramentado. Naquilo que se refere ao patrimônio cultural do município, há

<sup>1</sup> Os projetos estruturantes eram: Avenida Goiás, Praça Pedro Ludovico, Praça dos Trabalhadores, Shopping Aberto, Centro de Serviços, Teleporto, Avenidas, Manzanais, Centro Olímpico, Parque Temático, Parque dos Buritis, Cine Teatro Goiânia, Sub-área

Paranaíba, Sub-área Buritis, Sub-área Catedral, Sub-áreas Centro Olímpico e Botafogo, Patrimônio histórico, Arte para a Cidade, Projetos Normativos, Projeto de Incentivo Fiscal e Projeto Centro Vivo (INSTITUTO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL, 1998).

disposições claras sobre os bens tombados pela esfera federal, estadual e municipal, considerados na Área de Patrimônio Cultural (APAC):

[...] para qual serão estabelecidas restrições e limitações urbanísticas ao uso e ocupação do solo, bem como incentivos à manutenção do bem tombado, mediante a aplicação de instrumentos urbanísticos, visando a correlação das funções urbanas com a preservação dos bens de patrimônio histórico e artístico tombados e suas áreas de entorno (PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 2022, p.62).

Neste caso, este artigo, da lei citada, orienta sobre preservação, reformas, demolições, entre outros, acerca dos bens eleitos, assim como de seus entornos. São indicações mais objetivas e suprimem as orientações anteriores de estímulo à promoção histórica, apontada no plano diretor de 2008.

Novamente, o Setor Central de Goiânia, juntamente com Setor Campinas, Setor Sul e outros, aparece inserido nas Áreas de Programas Especiais de Interesse Urbanístico que “compreendem trechos do tecido urbano sujeitos às ações de requalificação urbanística, objetivando a valorização de suas peculiaridades e de sua paisagem urbana, a dinamização da economia local e a reabilitação do meio ambiente, por meio da implantação de projetos públicos, privados ou de parcerias público-privadas [...]” (PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 2022, p.88).

Observa-se que a redação dos artigos destinados a questão patrimonial indica uma preocupação mais pragmática em que a proteção dos bens tombados não estão vinculados a ações mais amplas de sua valorização, enquanto representação social. Pelo contrário, a avaliação é a da submissão das ações de preservação às possibilidades de ação sobre o tecido urbano.

Desta forma, percebe-se que a legislação urbana vai pouco a pouco descolando do investimento no enaltecimento da imagem urbana vinculada à história ou ao seu centro tombado pelo Iphan, como acervo *art déco*. Talvez o incentivo não seja mais a história, a memória, mas algo que paira entre o fortalecimento de outro discurso do século XXI, que é o ambiental. Inúmeras são as páginas do novo plano diretor que cercam esse assunto (PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 2022).

## PATRIMÔNIO: QUAL IMAGEM?

A imagem refletida desse patrimônio é escultórica, mas ainda não é referencial, nem mesmo pública (FERRARA, 2000). O tombamento na esfera federal faz vinte anos e o poder público ainda não consegue se articular com clareza diante das possibilidades que tal ação confere a região central. O dossiê reconhece o valor do acervo do centro, mas não questiona o seu descolamento da população. Afinal, o propósito não era problematizar e sim defender uma idéia. Ao defender tal idéia o documento assegura o papel da imagem, mas pouco aborda sobre o imaginário.

Assim, que imagem tem Goiânia? As imagens urbanas têm como referência primeira a cidade real, mas ampliam-se para a formação de substratos em que

se perpetuam credences, ampliam-se preconceitos e articulam-se opiniões e conhecimentos acerca do lugar. Essas construções imagéticas alteram-se ao longo do tempo, movimentando-se do mito fundador às elaborações do presente. Para além da materialidade, que testemunha as diversas temporalidades, essas imagens são mantidas de várias formas: discursos e documentos oficiais, textos acadêmicos, livros escolares, meios de comunicação, relatos de antigos moradores, e muito mais.

A atitude consensual de determinar patrimônio arquitetônico-urbanístico do centro histórico da cidade como sua imagem esbarra na composição de múltiplos imaginários que não o reconhecem e ainda perseguem os signos da identidade rural, que perpetuam na sua memória. As praças floridas, os parques, e mesmo o monumento do bandeirante, que lembra um tempo perdido e não vivido, ainda perduram como imagens veiculadas da cidade. Entretanto, essas ações ocorreram no sentido de estimular a “adoção” do centro, apontando para a invenção (HOBBSAWM, 1993) da memória goianiense, apoiada nesse acervo. Memória frágil e fugidia, mas passível de invenção e trabalho, é o que propõe o dossiê. Depois de vinte anos, será possível?

## REFERÊNCIAS

- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Ed.UNESP, 2001.
- FERRARA, Lucrecia D’Alessio. *Os significados urbanos*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2000, p.115-131.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Leon Shaffter. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- HOBBSAWM, Eric, RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina C. Cavalcante. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Tradução de Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL. *Projeto Goiânia XXI – Operação Centro*. Goiânia: IPLAN, 1998.
- MANSO, Celina Fernandes Almeida (Org.). *Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento*. Goiânia: SEPLAN, 2004. 3 volumes.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo et al (Orgs.). *Patrimônio: atualizando ao debate*. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006.
- OLIVEIRA, Eliezer Cardoso de. As imagens de Goiânia na literatura mudancista. In: CHAUL, Nars Fayad, SILVA, Luis Sérgio Duarte da (Orgs.). *As cidades dos sonhos*. Goiânia: Ed.UFG, 2004, p.134-202.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. *Revista Mosaico*, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008. Disponível em: <http://revistas.ucg.br/index.php/mosaico/issue/view/27/showToc>. Acesso em outubro, 2008.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social, *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.200-212.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA – Instituto de Planejamento Municipal (IPLAN). *Plano de desenvolvimento integrado de Goiânia – 1992*. Volume 2.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. *Plano Diretor de Goiânia 2008*. Goiânia: Diário Oficial do Município, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. Lei Complementar nº349 de 04 de março de 2022. Goiânia: Diário Oficial do Município, 2022.

*Revista Oeste*. Revista mensal. Edição fac-similar em comemoração ao cinquentenário da Fundação de Goiânia. Goiânia: UCG/CEF, 1983. (1943)

---

<sup>i</sup> Este artigo foi apresentado em Belo Horizonte, em 2010, no 1º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Projeto e Patrimônio, sob o título *Artefatos e relíquias: cidade e patrimônio*. Nesta versão, são feitas atualizações e modificações.





anos  
tombamento  
do acervo

DOSSIÊ  
**GOIÂNIA**



anos  
fundação  
da cidade

**REVISTA NÓS**

CULTURA, ESTÉTICA E LINGUAGENS  
VOL. 08, Nº 1, 1º SEMESTRE DE 2023

ISSN 2448-1793

Laila Beatriz da Rocha Loddi Título:  
Título: Grande Hotel I  
Técnica: Dobradura sobre fotografia  
Dimensões: 45x55x5 cm  
Data: 2023